



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 758/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1928/2012 (09 Volumes).**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Responsáveis:** Sr. Itamar de Oliveira Mar, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas no período de 01/01/2011 a 28/04/2011 e o Sr. Wagner Ferreira Santana, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas, no período de 29/04/2011 a 31/12/2011.

**6- Unidade Técnica:** DICA-AM – Informação nº 57/2016 (fls. 1608/1612).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2108/2016-DMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 1613/1315).

**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM. Exercício de 2011.

*Contas Regulares. Contas Irregulares. Multa. Prazo. Remessa dos autos à DICREX. Determinações à Origem.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Regular** a Prestação de Contas Anuais do Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM, exercício 2011, sob responsabilidade do Sr. **Itamar de Oliveira Mar**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas no período de 1/1/2011 a 28/4/2011, nos termos do inciso II do art. 1º, inciso I do art. 22, art. 23 e inciso I do art. 72, todos da Lei 2.423/96, considerando que as contas expressam, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão.

**9.2- Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anuais do Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM, exercício 2011, sob a responsabilidade do Sr. **Wagner Ferreira Santana**, Diretor Presidente Ordenador de Despesas no período de 29/4/2011 a 31/12/2011, em decorrência de ato praticado com grave infração à norma legal, irregularidade mencionada no Parecer Ministerial nº 4158/2012 às 328-329, vol. 2;

**9.3- Aplicar multa** ao Sr. **Wagner Ferreira Santana**, Diretor Presidente no período de 29/4/2011 a 31/12/2011, no valor de **R\$ 6.453,41** (seis mil quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavo), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de ato praticado com grave infração à



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 758/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

norma legal (irregularidade mencionada no Parecer Ministerial nº 4158/2012 às 328-329, vol. 2);

**9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei estadual nº 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução nº 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei estadual nº 2.423/96);

**9.5- Após o transito em julgado administrativo, remeter os autos à DICREX** para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

**9.6- Autorizar** a imediata remessa de cópia da documentação pertinente à irregularidade mencionada no Parecer Ministerial nº 4158/2012-MP-FCVM às fls. 328-329 do vol. 2, do item 6 do Relatório desta Proposta de Voto (relatadas no item 5 desta Proposta de Voto) ao Ministério Público Estadual, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, conforme previsto na alínea “b” do inciso III do art. 190 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM);

**9.7- Determinar à Origem**, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- adote as medidas concernentes à regularização dos procedimentos de ajustes apontados, nas rubricas contábeis pertinentes (subitem 1.2.2 Relatório Conclusivo);

- informe à SEFAZ para que observe e empregue a terminologia utilizada e padronizado no anexo 13, da Lei federal nº 4.320, qual seja: “Saldo Patrimonial” (subitem 1.3.2 Relatório Conclusivo);

- dê ênfase a publicidade na contratação de serviços técnicos profissionais com fins de se obter maior número de opções de mão-de-obra qualificada, como também a obtenção da proposta mais econômica (subitem 4.1 Relatório Conclusivo);

- observe estritamente a Resolução nº 02/2002 – TCE/AM, acerca da alimentação das informações no Sistema de Auditoria de Contas Públicas - ACP;

- observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 758/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**10-Ata:** 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11-Data da Sessão:** 13 de Setembro de 2016.

**12-Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.

**12.1- Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em substituição

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral